



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

CRISLAINE DE OLIVEIRA PAZ

**RELAÇÃO DIALÓGICA: SUA RELEVÂNCIA NO
PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM**

SÃO CRISTÓVÃO/SE

JULHO/ 2014

CRISLAINE DE OLIVEIRA PAZ

**RELAÇÃO DIALÓGICA: SUA RELEVÂNCIA NO
PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM**

Monografia apresentada ao Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe como um dos requisitos para a obtenção do Grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria José Nascimento Soares.

SÃO CRISTÓVÃO/SE

JULHO/2014

CRISLAINE DE OLIVEIRA PAZ

**RELAÇÃO DIALÓGICA: SUA RELEVÂNCIA NO PROCESSO
ENSINO-APRENDIZAGEM**

Monografia apresentada ao Departamento de
Educação da Universidade Federal de
Sergipe, como requisito parcial para
conclusão do curso de Pedagogia.

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas

Prof.^a Dr.^a Marizete Lucini

Prof.^a Dr.^a Maria José Nascimento Soares
Orientadora

SÃO CRISTÓVÃO/SE
JULHO/2014

AGRADECIMENTOS



Posso tudo posso Naquele que me fortalece, nada e ninguém no mundo vai me fazer desistir. Quero tudo quero sem medo entregar meus projetos, deixar-me guiar nos caminhos que Deus desejou pra mim e ali estar.

Vou perseguir tudo aquilo que Deus já escolheu pra mim. Vou persistir e mesmo nas marcas daquela dor do que ficou, vou me lembrar. E realizar o sonho mais lindo que Deus sonhou. Em meu lugar estar na espera de um novo que vai chegar.

Vou persistir continuar a esperar e crer e, mesmo quando a visão se turva e o coração só chora, mas na alma há certeza da vitória [...] Eu vou sofrendo, mas seguindo enquanto tantos não entendem. Vou cantando minha história, profetizando que eu posso tudo posso... Em Jesus.

Pe. Fábio de Melo

A canção acima descreve perfeitamente a presença constante de alguém que me conhece bem e que está presente em minha vida ininterruptamente. Alguém que sabe quando estou bem, mas, se o contrário acontece, não me abandona, permanecendo ao meu lado, me fortalecendo e guiando meus passos.

Alguém que me ensina a ser forte e jamais desistir diante dos obstáculos da vida, me fazendo ver além e dando-me a certeza da vitória que está por vir. Deus! Mais do que me criar, deu propósito à minha vida. Tu és o maior Mestre que uma pessoa pode conhecer e reconhecer. Por isso é a Ti que dirijo minha maior gratidão. Mas, Ele sempre envia pessoas que dão sentido à minha vida como bem canta Gonzaguinha ao entoar que

Aprendi que se depende sempre, de tanta muita diferente gente. Toda pessoa sempre é marca das lições diárias de outras tantas pessoas. É tão bonito quando a gente entende que a gente é tanta gente, onde quer que a gente vá. É tão bonito quando a gente sente que nunca está sozinho por muito mais que pense estar.

Gonzaguinha

Diante das palavras do cantor e compositor Gonzaguinha, eu considero esse trabalho como fruto de uma longa trajetória que se iniciou em 1994 com os meus primeiros anos na escola. Desse modo, foram tantas as pessoas que contribuíram para a

minha formação, que não teria como citar seus nomes em gratidão. Muito obrigada a todas essas pessoas, por fazerem parte da minha trajetória escolar, da minha história acadêmica e por terem contribuído para a minha formação. Há, porém, outras tantas que fazem parte desse momento especial e por esse motivo, gostaria de lhes agradecer nominalmente.

Muito Obrigada,

Aos meus pais Arlindo e Zenaide por terem acreditado na educação como elemento essencial para a minha vida e sempre buscarem me guiar neste caminho. Aos meus familiares, inclusive, àqueles que já estão junto do Pai Eterno, mas que permanecem presentes em meu coração e em minhas lembranças, afinal, onde quer que vocês estejam, sei que estão vibrando junto comigo nesse momento ímpar. Obrigada por me amarem e me mostrarem através de gestos amorosos o lado prático da vida, me ensinando a ser forte diante dos desafios. Essa vitória é nossa!

E se esse sonho hoje se torna realidade, também é graças à Comunidade Servos e Servas da Santíssima Trindade/ Instituição Religiosa Casinha de Jesus. Escola de amor, onde aprendi que o ensino vai muito além do ler e escrever. Agradeço pela inspiração e incentivo de todos que lá fazem um lindo trabalho de amor, humanização e resgate de vidas. Com vocês amadureci pessoal e profissionalmente. Obrigada pelo apoio e oração.

Agradeço amorosamente ao anjo que Deus colocou na minha vida, Daniel (Dani). Conhecemo-nos bem no início da minha trajetória acadêmica e desde então você fez com que tudo ficasse mais fácil, mais leve. Obrigada por acreditar em mim, por me ajudar e estar ao meu lado a todo tempo.

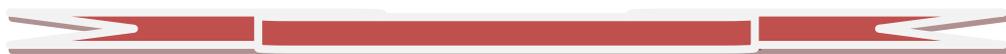
Obrigada também meus amigos da turma de Pedagogia, aos “antigos” e eternos amigos: desde que a vida me permitiu conhecer vocês, tenho experimentado a beleza do significado da amizade. Sem vocês tudo seria muito difícil.

Muito obrigada aos mestres que me mostraram a importância dessa profissão, a todos aqueles que foram meus professores nesta graduação, pelo conhecimento que me ajudaram a construir com suas aulas. Em especial, à professora Dr.^a Maria José Nascimento Soares, minha orientadora, por ter acreditado na minha proposta de pesquisa e pelas contribuições importantes que me auxiliaram no período tenso, mas gratificante da monografia. Obrigada também, às caríssimas professoras que

concordaram em analisar esta pesquisa, demonstrando boa vontade e tornado possível a conclusão desse trabalho.

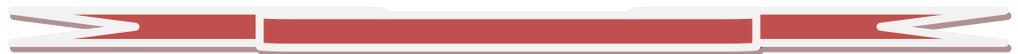
Agradeço também o acolhimento e a colaboração das Instituições de Ensino que me acolheram nas atividades de estágio, contribuindo para que eu pudesse articular a bagagem teórica apreendida na Universidade com a prática de ensino. Por isso a minha gratidão a todos que fazem parte do colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus e a E.M.E.F. Prof. Diomedes Santos Silva. Muito obrigada a todos que contribuíram com esse sonho, direta e indiretamente. Na validade da minha luta, nos méritos da minha conquista, há muito da presença de vocês. Obrigada.

Dedico esse trabalho a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, contribuíram para sua concretização e aos meus alunos de ontem, de hoje e de amanhã. Pretendo, portanto, que o conhecimento adquirido nessa produção dê luz e sentido ao que foi lido e estudado de forma que não se limite a mais um conhecimento que simplesmente se acumulará, mas que se transforme em ação eficaz.



Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.

Paulo Freire



RESUMO

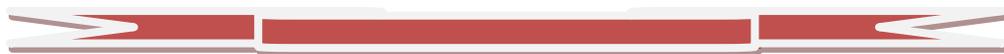
Este trabalho objetiva compreender a construção das relações dialógicas entre professor e aluno em sala de aula e sua relevância no processo de ensino-aprendizagem. Para tanto, foram realizadas revisões bibliográficas de trabalhos que tratam da temática e questionários com alguns professores de uma Escola Pública na Rede Municipal de Ensino, na perspectiva de refletir sobre a construção das ações dialógicas que visam à humanização das pessoas no espaço escolar. A relevância deste estudo se justifica pelo fato de verificar que, ao passo que o professor busca a melhor forma de comunicação com seus alunos, obtém com essa interação, o objetivo principal do ato de ensinar: autonomia de pensar e aprendizagem significativa dos alunos. Na análise realizada constatou-se que os desentendimentos e conflitos existentes em sala de aula são gerados pelo pouco ou nenhum entendimento e valorização da ação dialógica entre esses sujeitos.

Palavras chave: Aprendizagem significativa. Diálogo. Relação professor-aluno.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1- ATUAÇÃO DO PROFESSOR NA SALA DE AULA	14
1.1- Refletindo a relação professor-aluno no contexto da sala de aula	14
1.2 - Os processos de aprendizagem e seu favorecimento na sala de aula	18
CAPÍTULO 2: ATUAÇÃO DO ALUNO NA SALA DE AULA	24
2.1- Autonomia dos alunos em sala de aula	24
CAPÍTULO 3: ASPECTOS DA AUTORIDADE DO PROFESSOR E O CONTROLE EM SALA DE AULA	29
3.1- Autoridade e autoritarismo atitude presente em sala de aula? Representações atribuídas pelos professores	29
3.2 - Controle em sala de aula: atitudes do professor	32
CAPÍTULO 4 - RELAÇÃO DIALÓGICA ENTRE PROFESSOR-ALUNO	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	52
ANEXO	54

INTRODUÇÃO



O presente trabalho se refere a um estudo sobre a relação dialógica entre professores e alunos, tendo em vista as diferentes posições subjetivas por eles assumidas em situações de ensino e aprendizagem.

Esse tema originou-se mediante experiências vivenciadas durante estágios do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe, em escolas da rede pública de ensino, ao perceber nesse processo, que a dificuldade de diálogo entre professores e alunos gerava desentendimento, o que resultava em desrespeito entre ambas as partes.

Durante os estágios algumas professoras relataram que para conseguir “dar aula”, era necessário estabelecer uma prática autoritária, como por exemplo, falar com os alunos num tom alto e bravo, para que o respeito hierárquico fosse assegurado. Além de situações nas quais a professora deixava transparecer claramente sua preferência pelos alunos que ela “denominava de inteligentes”, e em contrapartida, manifestava seu descaso para com os alunos que ela dizia “não ter mais jeito”.

Fato que me causou certa inquietude foi verificar ao longo dessas experiências, que, no que se referem à dialogicidade, algumas situações ficam registradas na memória daqueles que se sentem de alguma maneira lesados, sendo que, essas memórias influenciam consideravelmente, não só na vida escolar, mas também no contexto pessoal e social desses alunos.

Neste contexto de estágios, foi possível também encontrar profissionais comprometidos, que tinham uma boa relação com seus alunos e que trabalhavam os conteúdos de maneira lúdica e diversificada, de modo a incluir a todos de forma solidária num clima de ajuda mútua e aprendizagem significativa.

Esse quadro preocupou-me por se tratar, na maioria das vezes, salvo raras exceções, de situações conflituosas, que me traziam questionamentos sobre, porque as

crianças eram tratadas com tanto descaso e desrespeito, não só pelo professor, mas pelo sistema educacional estabelecido.

Neste sentido, suscitou-me alguns questionamentos a cerca dessa relação conflitante. Seria pelo fato dos alunos em questão serem menos favorecidos economicamente? Tal questionamento nos leva a uma série de outras questões, como: Quais as consequências de uma relação professor-aluno em que há inabilidade, como se algumas crianças significassem menos que outras? Quais espaços são destinados ao conhecimento e reconhecimento da singularidade de cada aluno? Quais os momentos que os professores destinam ao diálogo e à escuta dos alunos? Qual a influência dessa relação na aprendizagem?

A partir dos fatos relatados acima, o presente trabalho, tornou-se uma oportunidade para investigar a dialogicidade entre professor-aluno e seus impactos na aprendizagem, a fim de aprofundar meus estudos a respeito da construção das relações que valorizam a humanização das pessoas no ambiente escolar.

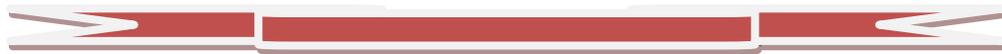
Entendendo que o professor deva trabalhar interagindo com o aluno de forma positiva para que a construção do conhecimento seja alcançada, de modo a auxiliá-lo para sair da sua dependência intelectual. Assim, ao passo que o professor busca uma melhor forma de comunicação com seus alunos, obtém com essa interação o objetivo principal, que é a autonomia de pensar dos seus alunos.

Por esses motivos, esse estudo objetivou avaliar as práticas dialógicas de vinte professores do Ensino Fundamental de uma Escola Municipal da Rede Pública de Ensino, com vista a entender sua relevância no processo de aprendizagem dos alunos. Assim, para atingir o objetivo geral acima proposto, se determinou como objetivos específicos analisar contribuições teóricas sobre a relação dialógica entre professor-aluno e registrar vivências dialógicas para a constituição de uma aprendizagem significativa.

Enquanto aspectos metodológicos para a constituição do referido estudo, este se constituiu de duas etapas: a partir de seu objetivo e da classificação proposta por Gil (2004), a primeira etapa assumiu como procedimento técnico a Pesquisa Bibliográfica, ao ter buscado embasamentos em livros e artigos já escritos os fundamentos para o desenvolvimento da temática aqui apresentada, como primeiro passo para iniciar meu trabalho monográfico.

Ao passo que, a segunda etapa foi realizada a partir de uma Pesquisa Empírica, visando avaliar as práticas dialógicas entre os sujeitos em questão, bem como a opinião dos professores a respeito dessa relação em sala de aula.

CAPÍTULO 1: ATUAÇÃO DO PROFESSOR NA SALA DE AULA



1.1 - Refletindo a relação professor-aluno no contexto da sala de aula

O início de cada ano letivo vem sempre carregado de expectativas e de ansiedade para a comunidade escolar. Em sala de aula não poderia ser diferente, pois, alunos e professores trilharão um longo caminho juntos, caminho esse complexo, no qual as relações educativas se organizarão a partir de relações interpessoais e se realizarão com os encontros nos quais as subjetividades, a história e as características de cada sujeito estarão presentes neste processo social.

Vale ressaltar, no entanto, que a escola não é um mundo à parte da sociedade, por esse motivo, o contexto social influi positiva ou negativamente no ambiente escolar. Atualmente, marcado pela globalização,¹ aceleração dos meios de produção e consumo e dos recursos tecnológicos, que nos colocam de forma imediata diante de situações e interações, nas quais nem sempre nos permite conhecer as pessoas que convivem conosco ou que nos são próximas. Afinal, os momentos designados ao diálogo e à escuta mútua parecem cada vez mais raros nas famílias, entre amigos e na escola. Como decorrência, a dinâmica das relações em sala de aula também se rende ao ritmo e às exigências de brevidade da vida contemporânea.

A percepção dessa realidade social nos permite entender a significativa função dos encontros interpessoais para o pleno desenvolvimento das pessoas. São esses encontros que permitem ao ser humano desenvolver-se integralmente, pois, o contato com o outro além de lhe propiciar o aprendizado, oportunizará retificar alguns conceitos e atitudes. De modo particular, para as práticas escolares, que assumem o compromisso com o processo de aprendizagem. Resultando no encontro de diferentes que mutuamente ensinam, aprendem e desenvolvem-se social e culturalmente.

¹A globalização é um dos processos de aprofundamento internacional da integração econômica, social, cultural, política que teria sido impulsionado pelo barateamento dos meios de transporte e comunicação dos países no final do século XX e início do século XXI. (Em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Globaliza%C3%A7%C3%A3o>> Acesso em: 16 de junho de 2014).

Neste sentido Ataíde (1975) descreve que a centralidade da educação situa-se na interação de pessoas. Portanto, na relação professor-aluno esse aspecto é fundamental e insubstituível tendo em vista a aprendizagem significativa ² dos alunos, bem como sua independência intelectual. Desse modo, é a maneira como ocorrerá essa dinâmica de interação que resultará no alcance desse objetivo de ensino.

Entretanto, esse não é fator único e determinante tendo em vista a aprendizagem dos alunos, pois a relação em sala de aula não se limita a facilitar o conhecimento, adquiri-lo ou aperfeiçoá-lo. Há também outros elementos que se fazem necessário como: as formas de diálogo estabelecidas entre esses sujeitos, os aspectos afetivos e a dinâmica das manifestações concretizadas em sala de aula. Por isso, é imprescindível que o professor observe sua forma de ministrar aula no que se refere à interação, à dialogicidade, à autoridade profissional, moral e técnica e perceba como todos esses fatores refletem significativamente nesse processo educacional.

No que concerne à autoridade profissional, moral e técnica, torna-se necessário esclarecê-las. Dessa forma, autoridade profissional é aqui entendida como o domínio que o professor tem de sua matéria de ensino, bem como dos seus métodos e procedimentos. Além disso, a autoridade profissional se manifesta na maneira como o professor lida com sua classe e com a individualidade de cada aluno.

Já a autoridade moral, se caracteriza com as qualidades de personalidade do professor, ou seja, sua dedicação profissional, sensibilidade, senso de justiça e caráter e, enquanto autoridade técnica, esta se constitui como a capacidade, habilidade e hábitos pedagógico-didáticos necessários para atingir assimilação de conhecimento dos alunos.

Nesse contexto há dois aspectos que se destacam de maneira significativa. O primeiro corresponde ao aspecto afetivo, que se refere aos vínculos de benquerença entre os sujeitos mencionados, como também às normas e exigências objetivas que regem a conduta dos alunos na sala. O segundo é o efetivo, também denominado de cognoscitivo que é o movimento que transcorre o ato de ensinar e o ato de aprender.

Desse modo, no contexto afetivo é necessário ressaltar que

² “[...] A promoção da aprendizagem significativa se fundamenta num modelo dinâmico, no qual o aluno é levado em conta, com todos os seus saberes e interconexões mentais. A verdadeira aprendizagem se dá quando o aluno (re) constrói o conhecimento e forma conceitos sólidos sobre o mundo, o que vai possibilitá-lo agir e reagir diante da realidade” (SANTOS, s/d, p.2).

A relação maternal ou paternal deve ser evitada, porque a escola não é um lar. Os alunos não são nossos sobrinhos e muito menos filhos. Na sala de aula o professor se relaciona com o grupo de alunos. Ainda que o professor necessite atender um aluno em especial ou que os alunos trabalhem individualmente, a interação deve estar voltada para a atividade de todos os alunos em torno dos objetivos e do conteúdo da aula (LIBÂNEO, 1994, p. 251).

No entanto, torna-se necessário reforçar que, quando a criança se sente acolhida, compreendida, valorizada e respeitada, tem grandes possibilidades de se desenvolver bem em seus estudos. Também sabemos que a aprendizagem não se dá apenas no plano cognitivo. Além da inteligência, ela envolve aspectos orgânicos, emocionais e afetivos. Por isso, o professor precisa entender que a afetividade é um fator determinante no desenvolvimento intelectual dos seus alunos, não de maneira piegas, mas de modo sensível aos seus anseios e inquietações.

Desse modo, pode-se afirmar que as relações de mediação feitas pelo professor durante as atividades pedagógicas, devem ser entremeadas por sentimentos de aceitação, simpatia e respeito, além de compreensão e valorização do outro. Tais sentimentos não só marcam a relação do aluno com o conhecimento, como também afeta a sua autoimagem e autoestima, favorecendo sua autonomia e fortalecendo a confiança em suas habilidades e decisões. Já no que se refere o plano efetivo Libâneo afirma que

O trabalho docente se caracteriza por um constante vaivém entre as tarefas cognoscitivas colocadas pelo professor e o nível de preparo dos alunos para resolverem as tarefas [...] Não se espera que haja pleno entendimento entre professor e alunos, mesmo porque a situação pedagógica é condicionada por outros fatores. Mas as formas adequadas de comunicação concorrem positivamente para a interação professor-aluno (LIBÂNEO, 1994, p. 250).

Diante do exposto, percebe-se, que a complexidade do trabalho pedagógico gera novas demandas que têm sido apresentadas à educação escolar com relação aos seus objetivos, refletindo em mudanças nas formas de sistematização do trabalho docente. Essas alternâncias têm resultado na intensificação do seu trabalho e conseqüentemente, em maiores desgastes e insatisfação por parte desses trabalhadores, resultando de maneira quase que unânime num descontentamento desse profissional, que, portanto, devido o alto grau de desgaste, não vão além do que transmitir os conteúdos do currículo que lhes são exigidos.

Com isso a dinâmica da relação professor-aluno fica prejudicada de modo que a indisciplina impera nas salas de aula, não havendo, portanto, respeito do aluno com o professor, (e vice-versa) o qual, por sua vez não se preocupa com o aluno, se esse está adquirindo conhecimentos ou não. Parece-nos, desse modo, que o grande desafio dos professores está em reverter essa relação de desencontros, de conflitos e de preconceitos estabelecidos em sala de aula.

Afinal, a autoridade do professor e a autonomia dos alunos³ são realidades aparentemente contraditórias, mas de fato, complementares e necessárias, porque é a partir do respeito a essas peculiaridades que o processo de ensino-aprendizagem transcorrerá de maneira eficaz. Caso contrário, o professor poderá confundir autoridade com autoritarismo e os alunos irão interpretar autonomia com libertinagem.

Nesse sentido, pode ocorrer de, “em nome da autoridade”, o professor se apresentar com um ser superior, fazendo imposições inconvenientes e humilhando os alunos. Não contribuindo, dessa forma, para a autonomia dos mesmos e transformando uma qualidade peculiar à condição do professor numa atitude individualista.

Nessa ótica, é pertinente elencar que, a relação professor-aluno é muito importante, a ponto de estabelecer posicionamentos pessoais em relação à metodologia, à avaliação e aos conteúdos. Dessa forma, a articulação entre os procedimentos de ensino é fator determinante no processo de aprendizagem. E por isso, precisa de mais cautela.

Outro aspecto que está contido e que é determinante nessa relação, para que se desenvolva a aprendizagem, é o diálogo. Afinal, para que haja interação e conseqüentemente, uma possível relação entre professor e aluno, o diálogo é componente principal, pois, a partir da relação dialógica estabelecida em sala de aula os demais elementos necessários nesse contexto de ensino-aprendizagem se sucederão.

Por isso, desde suas primeiras reflexões, Freire, sabiamente, enfatizava o necessário respeito ao universo do aluno, às suas singulares e às vivências democráticas. Dessa forma, destacou que

Não é possível respeito aos educandos, à sua dignidade, a seu ser formando-se, à sua identidade fazendo-se, se não se levam em consideração as condições em que eles vêm existindo, se não se reconhece a importância dos “conhecimentos de experiência feitos” com que chegam à escola. O respeito devido à dignidade não me

³ Ver Freire, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa, São Paulo, Paz e Terra, 1996.

permite subestimar, pior ainda, zombar do saber que ele traz consigo para a escola (FREIRE, 1996, p. 64).

Desse modo, o reconhecimento da diferença surge como a possibilidade de crescimento. Pois, no processo educativo o encontro dos diferentes devem mutuamente ensinar e aprender dialogicamente. Assim, quando a sala de aula se caracteriza como um espaço dialógico, a formação de um sujeito autônomo e ético se torna possível à medida que estes se reconhecem como “seres inacabados⁴” que por meio do próprio encontro com o outro lhes apresentarão outras visões, outras concepções e outras vivências. Nesse sentido, é a harmonia na relação professor-aluno que favorecerá o desenvolvimento das práticas pedagógicas e expandirá a possibilidade de aprendizagem.

1.2 - Os processos de aprendizagem e seu favorecimento na sala de aula

É sabido que o processo de aprendizagem no ser humano é contínuo, conforme aponta a psicologia sócio-histórica que tem como base a teoria de Vygotsky (1996), afirmando que o desenvolvimento humano se constitui a partir das relações que estabelece com os outros.

De acordo com Vygotsky, a aprendizagem sempre inclui o convívio entre as pessoas. Nessa direção, a relação do indivíduo com o mundo está sempre mediada pelo outro, não havendo, segundo o autor, como aprender se não tivermos o outro, nos fornecendo os significados que permitem refletir o mundo em nossa volta.

Desde o nosso nascimento somos socialmente dependentes uns dos outros e entramos em um processo histórico que nos oferece perspectivas sobre o mundo, o que posteriormente se constituirá numa interpretação pessoal sobre o mesmo. Neste contexto entende-se que o processo de ensino-aprendizagem também se desenvolve por meio das interações que vão se sucedendo permanentemente no decorrer da vida.

Por esse motivo, em sala de aula, o professor precisa ter consciência da sua função no que se refere ao desenvolvimento intelectual dos seus alunos. Para isso, ele precisará demonstrar condições básicas de conhecimento de sua matéria de ensino e

⁴ “[...] Na verdade, o inacabamento do ser ou sua inconclusão, é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento”. (FREIRE, 1996, p. 22).

habilidades para organizar suas aulas. Isso porque, além de ter domínio dos conteúdos que serão ministrados, ele também precisará buscar meios viáveis para transpô-los de modo que favoreça o objetivo da sua prática, que é a aprendizagem efetiva dos seus alunos.

De fato, há uma pergunta que comumente todos os alunos fazem, consciente e/ou despreziosamente, que é: Por que ou para quê devo aprender tal conteúdo? Passam-se anos e anos estudando e, esse questionamento é frequente, principalmente quando se trata de um conteúdo que os alunos julgam difícil, chato ou desnecessário. Diante dessa realidade, cabe ao professor esclarecer sua relevância, ou seja, dar significância a esse conteúdo. Além, de buscar meios facilitadores para que o aprendizado seja alcançado. Como Santos esclarece:

Precisamos construir nossa forma própria de “desequilibrar” as redes neurais dos alunos. Essa função nos coloca diante de um novo desafio com relação ao planejamento de nossas aulas: buscar diferentes formas de provocar instabilidade cognitiva. Logo, planejar uma aula significativa significa, em primeira análise, buscar formas criativas e estimuladoras de desafiar as estruturas conceituais dos alunos. (SANTOS, s/d, p.4).

As ideias de Ausubel sobre aprendizagem significativa têm relação com a exposta por Santos (s/d) anteriormente. É o que podemos concluir a partir da sua contribuição ao afirmar que

A aprendizagem significativa pressupõe que o aluno manifeste uma disposição para a aprendizagem significativa – ou seja, uma disposição para relacionar, de forma não arbitrária e substantiva, o novo material à sua estrutura cognitiva – e que o material aprendido seja potencialmente significativo – principalmente incorporável à sua estrutura de conhecimento através de uma relação não arbitrária e não literal. (AUSUBEL, 1968, p.34).

A aprendizagem significativa proposta por Ausubel contesta o modelo de aprendizagem mecânica e repetitiva. De acordo com suas ideias, os assuntos trabalhados significativamente são aprendidos por meios qualitativamente diferentes, sendo relacionados às ideias estabelecidas na estrutura cognitiva do aluno por meio de associações. A partir dessas concepções do autor, destaca-se o papel fundamental dos conhecimentos prévios dos alunos para uma aprendizagem efetiva. A função do professor nesta dimensão é ter consciência desses conhecimentos e atuar a partir deles

para o desenvolvimento de novas aprendizagens. Nesse sentido, Ausubel sustenta que “[...] se eu tivesse que reduzir toda a psicologia educacional a um único princípio, diria isto: o fator isolado mais importante que influencia a aprendizagem é aquilo que o aprendiz já conhece”. Descubra o que ele sabe e baseie nisso os seus ensinamentos (1968, p.8).

Nessa linha de raciocínio, as formulações de Ausubel focalizam para a particularidade das estruturas cognitivas de cada indivíduo e, conseqüentemente, para os diferentes níveis de aprendizagem que cada aluno pode desenvolver, dependendo de sua capacidade intelectual e do contexto no qual se insere. Por esse motivo, segundo o autor, as variações sociais devem ser levadas em consideração pelo professor, uma vez que, inevitavelmente, influenciam na aprendizagem.

Apesar de a teoria de Ausubel apresentar importantes contribuições dentro do que foi seu objeto de estudo, ou seja, oposição a uma aprendizagem repetitiva e sem sentido; considero as suas considerações um tanto problemáticas para as atividades sala de aula. Pois, a perspectiva de que a aprendizagem depende fundamentalmente das estruturas cognitivas que o aluno já possui para a aquisição de novos conhecimentos, parece limitar bastante a atuação pedagógica do professor.

Nesse sentido, é evidente que os saberes prévios dos alunos servem como contextualização da realidade, mas, não devem ser entendidos, como supõe Ausubel, como limitadores da aprendizagem. Esses conhecimentos na verdade indicam o ponto de partida de cada aluno, podendo ser dessemelhante, mas o trabalho pedagógico deve ser direcionado no sentido a possibilitar a todos os alunos o ponto de chegada, ou seja, a aprendizagem efetiva, ainda que para atingi-la eles necessitem de diferentes métodos.

O entendimento, a meu ver, de que cada pessoa pode aprender somente o que as suas estruturas cognitivas já apresentem como noção mais geral, não só levou Ausubel a elaborar uma teoria discriminatória, como a sua aplicação nas escolas mantém as desigualdades educativas. Pois, essa é a compreensão que muitos professores expressam acreditar, limitando, portanto, sua ação e conseqüentemente o avanço intelectual do aluno.

Enfim, o destaque está posto no aluno e na evolução da aprendizagem. Cada aluno constrói diferentes significados influenciado por seus conhecimentos prévios e seu entorno. Por essa razão, no meu humilde entendimento, o professor é que tem o

compromisso de conhecer diferentes maneiras de construir significados e as melhores formas de intervir para melhorar essa construção.

Dessa maneira, para que o processo de aprendizagem se suceda, muitos fatores precisam ser levados em consideração pelo professor. A começar pela não neutralidade do ato pedagógico, tendo em vista que, tudo o que o professor faz e fala (ou não), é notado pelos alunos, a exemplo de quando demonstra real interesse pelos mesmos, quando se tem habilidade e trato nos conteúdos ou quando esses pontos não são respeitados pelo professor. Todas as ações desse profissional são interpretadas pelos alunos. Por esse motivo, esse profissional deve atentar-se, quanto a esse fator.

Um professor que enxerga e investe na potencialidade do aluno, preocupando-se com sua aprendizagem, exercendo práticas de sala de aula de acordo com esta posição pedagógica, atentando-se aos métodos de aprendizagem e formas dialógicas de interação, deixando transparecer o seu “gosto em ensinar”. Consegue, portanto, alcançar o objetivo do ensino, que nada mais é do que a independência intelectual dos seus alunos.

Porém, o foco desse processo pedagógico não deve considerar apenas o objetivo do ensino, mas também, os objetivos do aluno, com os seus modos particulares de ser e de aprender. Como sabiamente descreve Marques

a constante reformulação de objetivos pelo aluno será um indicador das graduais transformações que ocorrem em face das múltiplas aprendizagens que vai incorporando á sua personalidade. Essa é uma das razões por que os objetivos estão em exame a cada etapa do ensino, realimentando o processo de aprendizagem e tornando o ensino uma experiência vívida pela significância que alcança na realidade de cada um (MARQUES, 1977, p.49-50).

Mesmo que pareça repetitivo dizer que em sala de aula o processo de ensino aprendizagem deva acontecer de forma coletiva, interativa e que em sala de aula não há “maior ou menor” ou “quem sabe tudo” e “quem não sabe de nada”. Torna-se necessário salientar sempre que no contexto da sala de aula, os atores envolvidos no processo de ensino aprendizagem precisam entender que devem atuar de forma conjunta, pois, ambos têm o que aprender e o que ensinar.

O que quero dizer é que o aluno se torna realmente aluno à medida que conhece ou vai conhecendo os conteúdos e apreendendo-os, e não à medida que o professor vai

depositando nele tais conteúdos, atingindo uma pseudo aprendizagem. Afinal, a sala de aula é o lugar em que o saber deve ser compartilhado, onde quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. E que sendo assim, não há como desprezar a sabedoria dos alunos.

Nesse contexto, há quem acredite que é o detentor do saber e que por isso, precisa “dar aula” para aqueles que “nada sabem”. Desconsiderando o aluno como sujeito ativo, com uma bagagem de conhecimento prévia. Ainda existem professores que desvalorizam os saberes dos seus alunos e têm uma visão unilateral, na qual a hierarquia tradicional prevalece.

Por isso, é urgente que o professor não esqueça que trabalha com seres humanos, pensantes, criativos e ativos, cheios de energia, de sonhos e, que os permita atuar no palco da vida que também se instaura em sala de aula. Vale ressaltar a partir dessas considerações o olhar de Santos ao defender que “[...] num contexto de mundo inacabado e em constante mudança nós não temos nenhuma aula a ‘dar’, mas sim a construir, junto com o aluno. O aluno precisa ser o personagem principal dessa novela chamada aprendizagem” (SANTOS, s/d, p. 2).

Dessa forma, é possível concluir que em sala de aula o professor deve enxergar os alunos como “colegas de trabalho”, valorizando seus saberes e auxiliando-os no que for necessário. Porque nesse contexto, o saber deve ser compartilhado, principalmente os dos alunos. Tendo em vista que a bagagem de conhecimento que o aluno traz, possibilitará ao professor realizar uma articulação com os conteúdos escolares, alcançando com isso um significado maior para os alunos. O que lhes dará maior interesse pelo que está sendo estudado. Desse modo, fica evidenciado que, todos têm o que ensinar e o que aprender.

Nesse processo de favorecimento da aprendizagem em sala de aula, felizmente, foi possível encontrar professores que “dão voz” aos seus alunos, e melhor, utilizam-se dessa ferramenta como embasamento para as ações pedagógicas futuras. É o que se pôde concluir na análise dos dados coletados a partir das respostas fornecidas pelos professores que responderem ao questionário.

Quanto às formas de favorecimento da aprendizagem dos seus alunos, esses professores descrevem que o aprendizado acontece à medida que o professor expressa sua opinião, mas, sobretudo, quando não silencia a voz do aluno. É o que se pode

confirmar a partir de suas respostas, sendo que as identidades dos mesmos serão preservadas e, será utilizado um código que representará a resposta de cada professor. Dessa forma, segundo os entrevistados, a aprendizagem é favorecida à medida que o professor

“Estabelece entre professor e aluno, uma relação de confiança, respeito mútuo e troca de experiências” (P01).

“Reserva momentos de escuta” (P02).

“Trabalha a partir da realidade dos alunos. Fazendo que estes, participem da aula” (P03).

“Reserva momentos de conversas espontâneas. Fazendo as devidas intervenções que auxiliarão o aluno na construção do conhecimento”. (P04).

“Interpreta as respostas dos alunos, corrige-os e muda o rumo das suas ações”. (P05).

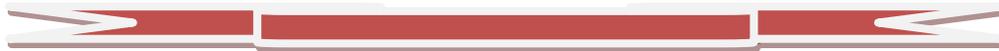
“O assunto abordado pelo aluno é transformado em algo de interesse por todos”. (P06).

“Quando o professor faz com que os alunos entendam que o aprendizado é tudo e, não apenas o que professor trabalha em sala de aula” (P07).

Reafirma-se então, com urgência, a realização de uma prática educativa que advenha de uma postura reflexiva, considerando que alunos e professores são partes de um mesmo processo, sem o qual os dois juntos, deixam de ter sentido. Desse modo, é fundamental destacar que importante no processo interativo não é o professor ou do aluno, mas a interação entre ambos. Pois, é neste espaço que acontecem e se estabelecem as transformações e ações partilhadas, em que a construção do conhecimento se processa conjuntamente.

O importante é perceber que tanto o papel do professor como o do aluno é enxergado não como momentos de práticas isoladas, mas como momentos convergentes entre si, e que todo o decorrer de posicionamentos e de trocas colaborará para que se alcancem os objetivos almejados. Tanto os objetivos dos alunos, como também, do professor.

CAPÍTULO 2: ATUAÇÃO DOS ALUNOS NA SALA DE AULA



2.1 – Autonomia dos alunos em sala de aula

Nesse momento, será discorrido sobre a autonomia dos alunos, mas, antes de atentarmos a essa vertente, reflitamos um pouco sobre a função social da escola. Afinal, sendo o aluno o “personagem principal” no cenário educacional, é necessário que se tenha claro a função desse espaço que o recebe, ou seja, por que ou para que receber esse aluno na escola? Qual a finalidade dessa ação? Qual é, nesse sentido, a função da escola?

Sabemos que a relação aluno e escola é uma dinâmica constante de troca, uma vez que a escola recebe o aluno com a intenção de formá-lo como cidadão crítico, reflexivo, autônomo, consciente de seus direitos e deveres, com capacidade de compreender a realidade na qual está inserido, preparando-o para participar da vida num contexto mais geral, estando apto para contribuir com a construção de uma sociedade mais justa. Nessa ação lógica, a escola oferece intencionalmente ao aluno essa instrução, sendo que esse aluno, por sua vez, deverá retribuir essa formação em forma de contribuição social. Libâneo afirma que

Vê-se que a responsabilidade social da escola e dos professores é muito grande, pois cabe-lhes escolher qual concepção de vida e de sociedade deve ser trazida à consideração dos alunos e quais conteúdos e métodos lhes propiciam o domínio dos conhecimentos e a capacidade de raciocínio necessários à compreensão da realidade social e à atividade prática na profissão, na política, nos movimentos sociais. Tal como a educação, também o ensino é determinado socialmente. Ao mesmo tempo em que cumpre objetivos e exigências da sociedade conforme interesses de grupos e classes sociais que a constituem, o ensino cria condições metodológicas e organizativas para o processo de transmissão e assimilação de conhecimento e desenvolvimento das capacidades intelectuais e processos mentais dos alunos tendo em vista o entendimento crítico dos problemas sociais. (LIBÂNEO, 1994, p. 22).

Diante do exposto, fica claro a importante atuação profissional e política do professor, cabendo-lhe a função de garantir a autonomia dos alunos. Autonomia aqui

entendida como sólido domínio de conhecimentos e habilidades que lhes possibilite desenvolver as suas capacidades intelectuais de forma crítica. Garantindo, assim, a formação de cidadãos capazes de agir de maneira favorável na sociedade.

Desse modo, a autonomia do aluno deve ser a mola propulsora para o desenvolvimento das ações pedagógicas, a fim de contribuir para a formação desse aluno de modo que este esteja apto para enfrentar os desafios da vida prática. Afinal, o foco da atuação pedagógica é o aluno, por isso, o direcionamento dessa ação deve ser por ele e para ele.

É necessário, portanto, dar vez e voz ao aluno, para que este possa, por meio da sua participação nas aulas, colaborar no processo de ensino aprendizagem. Nessa linha de raciocínio o professor não é o detentor do saber, por isso, ele não pode exigir que os seus alunos participassem das aulas apenas como ouvintes. Afinal, a sala de aula é lugar de voz e o valor que o professor dá à fala desse aluno torna-o ciente de que ele também é inteligente, podendo colaborar com essa dinâmica de ensino aprendizagem, ou seja, ele não “É” apenas parte desse processo (como um objeto estático). Ele “FAZ” parte deste (ação).

Mas, há um paradoxo no que diz respeito ao papel da escola e concomitantemente do professor, pois, estende-se que a escola deva apresentar-se como uma das mais importantes instituições sociais por fazer a mediação entre o indivíduo e a sociedade. Porém, o que ocorre hoje, na grande maioria das vezes, é nos depararmos com uma escola isolada da sociedade. A escola, que deveria fazer essa mediação, tornou-se uma instituição fechada.

Assim, a escola acaba por querer ensinar um conhecimento distante da realidade social, substituindo-a pela realidade escolar. Dessa forma, os conteúdos são ensinados como se nada tivesse a ver com a realidade social e sem considerar a individualidade dos alunos. Desse modo, passa a agir como se a vida de cada aluno “ficasse do lado de fora” da escola, igualando a todos, como se cada aluno fosse visto a partir do seu desempenho nas provas e, caso não atinjam o esperado pelo professor, passam logo a ser rotulado de incapazes.

Seguindo essa lógica de raciocínio, muitas vezes o aluno é visto como alguém que tem pouco a contribuir no processo educacional, devendo acompanhar silenciosamente, o que o professor ensina. Assim, a sala de aula passa a se caracterizar

como um ambiente de silêncio e acinesia. Mas, há uma pergunta que não quer calar: Se a escola é uma instituição de ensino que prepara o indivíduo para a vida social, como pode fazer isso se caracterizando como um ambiente fechado, que se omite para a realidade social vigente?

À escola, cabe a função social de formar o aluno autônomo, pensante, questionador, curioso, que ousa tentar e que não tem medo de errar. Nesta direção é importante destacar que

Aprender é fruto de esforço. Esse esforço precisa ser a busca de uma solução, de uma resposta que nos satisfaça e nos reequilibre. Na medida em que nos preocupamos mais em dar respostas do que fazer perguntas, estaremos evitando que o aluno faça o necessário esforço para aprender. Eis o passaporte para a acomodação cognitiva. Dar a resposta é contar o final do filme. Poupa o sofrimento de vivenciar a angústia de imaginar diferentes e possíveis situações de exercitar o modelo de ensaio-e-erro, enfim, poupa o aluno do exercício da aprendizagem significativa (SANTOS, s/d, p. 3).

Diante do exposto em respostas ao questionário, os professores destacam que

“Autonomia é o poder que os alunos têm para se expressar. É ter domínio da aprendizagem e do conhecimento que lhe é transmitido”. (P01).

“Autonomia é quando o aluno assume seu papel como sujeitos ativos e participantes no seu processo de aprendizagem”. (P02).

“É quando o aluno é livre porque estabelece sua própria conduta, comportamento, pensamento e ações, sem o formalismo tradicional”. (P03).

“Quando o aluno tem liberdade de expressão e alcança sua independência intelectual, ano após ano”. (P04).

“É o aluno ser capaz de tomar suas próprias decisões, ser responsável pela sua aprendizagem”. (P05).

“É quando o professor ouve seu aluno e busca nessa audição uma informação para transformá-la em conhecimento para o aluno. Transformando a vontade do aluno em algo construtivo para o aprendizado”. (P06).

“É deixar claro que o aluno é capaz de estabelecer seus próprios interesses e ir além dos seus sonhos” (P07).

Neste sentido, o aluno é valorizado e sente-se parte do processo de aprender, paralelamente eleva sua autoestima. Pois, o respeito à opinião dos alunos se caracteriza como uma ferramenta importantíssima para a aprendizagem, no sentido de que a comuta de experiências entre os alunos estimula a ampliação de ideias e a testagem de hipóteses

personais, uma vez que o indivíduo não nasce pronto nem é cópia do ambiente externo e que sua evolução intelectual depende de interação constante entre processos internos e externos.

Por esse motivo a autonomia do pensar e do agir dos alunos deve ser valorizada, porque no momento em que um aluno ouve a opinião do colega e reflete sobre o que ele diz, ele tem a possibilidade de ratificar ou retificar o seu entendimento, o que resultará num saber consistente e não num conhecimento superficial, como acontece na maioria das vezes, quando em sala de aula é trabalhado apenas os conteúdos de forma mecânica, importando-se apenas com a memorização.

Assim, devemos entender que ensinar não é transmissão de conteúdos e realização de exercícios repetitivos, sem significado para os alunos. Ensinar é um processo flexível e gradativo que visa a progressão do aluno. Sem desprezar a sua originalidade, cultura e identidade. Neste sentido resgatam-se as palavras de Ataíde ao afirmar que

Um trabalho educativo que não levasse em conta os traços originais do educando, que admitisse nivelamentos, equiparações, eliminações; que sufocasse caracteres individuais e pessoais seria tudo, menos educação. Ao invés, é a educação, justamente, que deve garantir a originalidade (ATAÍDE, 1975, p. 38).

Conclui ainda que:

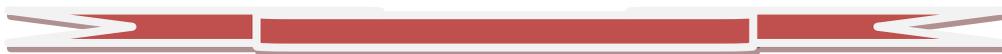
A educação, para garantir a originalidade do educando, tem que ser absolutamente pessoalizante e individualizante. Educador não é o que se comunica com crianças e adolescentes, em massa, como animador de auditórios, mas sim o que se comunica, com vistas a educar, com João, Pedro, Maria, Antônia (idem).

Ou seja, o professor deve promover a liberdade para que seus alunos possam ir além dos seus esquemas. Como é apontado por Freire ao afirmar que:

O necessário é que, subordinado, embora à prática "bancária", o educando mantenha vivo em si o gosto da rebeldia que, aguçando sua curiosidade e estimulando sua capacidade de arriscar-se, de aventurar-se, de certa forma o "imuniza" contra o poder apassivador do "bancarismo". Neste caso, é a força criadora do aprender de que fazem parte a comparação, a repetição, a constatação, a dúvida rebelde, a curiosidade não facilmente satisfeita, que supera os efeitos negativos do falso ensinar. Essa é uma das significativas vantagens dos seres humanos - a de se terem tornado capazes de ir mais além de seus condicionantes. (FREIRE, 1996, p.13)

Dessa forma, fica evidenciado que, o respeito à autonomia do aluno é um dever moral e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. Assim, a escola precisa ter consciência da sua função enquanto instituição do saber e garantir os direitos necessários aos seus alunos, articulando a realidade social com os saberes dos alunos e os conteúdos pedagógicos.

CAPÍTULO 3: ASPECTOS DA AUTORIDADE DO PROFESSOR E O CONTROLE EM SALA DE AULA



3.1 – Autoridade e autoritarismo atitude presente em sala de aula? Representações atribuídas pelos professores

Autoridade e autoritarismo são palavras aparentemente parecidas, mas na prática, essa semelhança desaparece. Enquanto a primeira significa uma forma legítima de exercer o poder, a segunda traduz uma arbitrariedade do poder. É o que podemos perceber a partir da representação que os professores entrevistados fizeram sobre essa temática e, que se encontra categorizada no quadro a seguir.

Quadro1: Definição de autoridade e autoritarismo

AUTORIDADE	AUTORITARISMO
“Algo que o indivíduo tem por deter um conhecimento ou um cargo específico” (P01).	“É a imposição pela força e pelo grito, sem ouvir a opinião dos outros”. (P01)
“Algo que um indivíduo detém, como um cargo ou responsabilidade” (P02).	“Imposição”. (P02).
“Forma de dominação que exige obediência de outrem” (P03).	“É um comportamento abusivo de poder”. (P03).
“Poder que uma pessoa detém” (P04).	“É imposição”. (P04).
“É o poder que temos por deter um cargo específico” (P05).	“É a imposição da autoridade que se têm”. (P05).
“É algo que você exerce sobre os alunos e que naturalmente faz o perceber” (P06).	“É imposição sobre pena de sanções”. (P06).
“É fazer com que os outros percebam o poder que você tem” (P07).	“É uma atitude autoritária momentânea”. (P07).

Fonte: Questionários aplicados pela autora. Maio/2014.

Como se observa, os professores conseguiram traçar o perfil de dois tipos de professores. Sendo o primeiro, o perfil do professor que exerce a autoridade e o segundo, do professor autoritário. Dessa forma, fica esclarecido que autoridade nada mais é do que uma competência em determinado cargo ou função, mas que, se exercida

de forma distorcida, transforma-se em autoritarismo, que é a imposição dessa autoridade de forma descabida e desrespeitosa.

Diante do exposto, Freire discorre sobre o papel do professor enquanto autoridade do saber, quando afirma que “[...] ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão da prática” (1991, p. 58).

Nesse sentido é pertinente salientar que os professores têm autoridade não porque já nasceram predestinados ou com o dom de o serem, mas, porque buscaram tal formação e por estarem exercendo-a. Desse modo, é a prática em sala de aula que irá “moldar” o perfil de autoridade de cada professor.

É como bem define Mardones ao afirmar que “[...] um professor com autoridade se fundamenta num tripé de ações inter-relacionadas: conhecimento, metodologia e relacionamento” (2004, p.149). Desse modo, a autoridade no sentido de conhecimento, cargo ou responsabilidade específica precisa estar articulada à metodologia que o professor irá utilizar em sala de aula e de como se relacionará com seus alunos.

Caso esses fatores não sejam respeitados, o professor não terá como afirmar que possui autoridade. Pois, se o professor afirma possuí-la, isso não lhe autoriza submeter outras pessoas às suas exigências de forma descabida. Afinal, o indivíduo que a possui, nesse caso específico o professor, precisa agir com seus alunos da forma mais honesta e respeitosa possível, pois, autoridade não é algo que se exige, mas, que se conquista. Como mais uma vez esclarece Mardones afirmando que

O educador que possui autoridade moral não impõe suas ordens, não é orgulhoso, vaidoso ou pedante, ao contrário, controla a si mesmo, impressionando pela segurança que transmite em suas palavras e ações, segurança essa que advém da certeza e grandeza de sua missão. (idem).

Afinal, como ter autoridade, se não se tem o conhecimento necessário para exercer tal função? Como ter autoridade, se não há flexibilidade na metodologia, uma vez que seja necessário adequá-la em cada sala de aula? Como ter autoridade, se não há uma relação respeitosa entre os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem?

A autoridade bem exercida pelo professor contribui para o pleno desenvolvimento da autonomia dos seus alunos, o contrário, porém ocorre, quando esta não é feita da forma mais adequada, como discorre Libâneo ao afirmar que

Do ponto de vista entre autoridade e autonomia, a interação professor-aluno não está livre de conflitos ou deformações. Em nome da autoridade, o professor se apresenta como superioridade, faz imposições descabidas, humilha os alunos. Tais formas de autoritarismo- a exacerbação da autoridade- não são educativas, pois não contribuem para o crescimento dos alunos. O professor autoritário não exerce a autoridade a serviço do desenvolvimento da autonomia e independência dos alunos. Transforma uma qualidade inerente à condição do profissional professor numa atitude personalista (LIBÂNEO, 1994, p. 252).

Sabe-se, no entanto, que o professor não trabalha sozinho em sala de aula, pois, seu trabalho só tem sentido se for feito de maneira compartilhada com seus alunos e sua autoridade é reconhecida ao ser percebida, respeitada e obedecida pelos mesmos, não de forma submissa e amedrontada, mas de forma harmoniosa.

Afinal, poderíamos até pensar (erroneamente) que a autoridade do professor advenha pelo fato de que ele tenha mais conhecimentos do que o aluno. O que não é e, nunca foi verdade, pois, todas as pessoas sabem algo e não há quem saiba tudo. Nesse sentido, o professor passa a ser uma autoridade em sala de aula à medida que ele compartilha seu saber com os alunos de modo que os façam apreenderem tal conhecimento e não pelo fato de se enxergar como um “ser superior”.

Infelizmente, é comum encontrar professores que expressam seus lamentos e descontentamentos com a profissão. Será que isso se deve ao fato de estarem perdendo o “controle” da classe? É isso que muitos professores afirmam. Relatam que os alunos não se interessam pelo que é trabalhado em sala de aula, de que querem opinar nas decisões e que se acham cheios de direito, mas que se esquecem dos seus deveres.

É natural que se sintam assim, afinal de contas, no passado o “controle” estava em suas mãos e isso lhes dava a sensação de tranquilidade. Hoje, porém, as coisas seguem um nível de aceleração e de mudanças assustadoras, que nos desequilibra, inquieta e, desassossega, bem como aos professores, justamente porque passam a se sentir inseguros e sem autoridade ou, como relatam, “sem controle”.

Sei que não há uma receita ou uma fórmula mágica que dê a esse professor a solução instantânea de como conseguir ter autoridade sem ser autoritário, mas, ousou oferecer minha simplória sugestão. Que tal enxergar os seus alunos como seres humanos que são? Simples não?

Digo isso, porque, mesmo com pouca bagagem (no sentido quantitativo) de experiência em sala de aula, sempre me inquietei ao ver professores que se acham mais importantes e inteligentes que seus alunos; professores que não abrem mão do seu valioso tempo de “descanso de voz” (intervalo) para ouvir seus anseios; professores que descartam a possibilidade de uma participação mais ativa do aluno em sala de aula, exigindo-lhes silêncio e quietude absoluta sobre pena de punições; professores que não enxergam as potencialidades dos seus alunos e por isso desacreditam que estes sejam capazes de ter um futuro mais digno, por isso não “perdem tempo” com estes; professores que mal conhecem seus companheiros de trabalho, se assim posso dizer, desconhecendo a individualidade de cada aluno, professores que gritam para conseguir o mínimo de atenção dos seus alunos.

Será que a inquietude e a indisciplina desses alunos não seja um “grito de socorro” no intuito de serem notados, ouvidos e valorizados? Será que se o professor respeitá-los como pessoa, esses desencontros se revertam e a autoridade se sobreponha ao autoritarismo? A lógica de que a disciplina consiste num estado de quietação, aceitação e submissão dos alunos ao professor é equivocada, uma vez que a sala de aula é um lugar onde os envolvidos nesse contexto educacional, professor-aluno, são agentes com suas devidas importâncias como afirma Freire (1996, p.21) “não há docência sem discência”.

3.2 - Controle em sala de aula: atitudes do professor

O termo controle nos remete ao ato de guiar, conduzir e de orientar. Seguindo essa ótica, podemos refletir sobre essa questão no cenário educacional. Mas, é necessário que se tenha bem definido o que vem a ser esse controle no contexto escolar, assim, surgem os seguintes questionamentos: controlar o quê? Controlar a quem? Controlar para quê?

Seguindo essa lógica de entendimento, as respostas dadas pelos professores entrevistados nos possibilitam uma noção do que eles entendem sobre controle na esfera escolar. Assim, poderemos observar que de forma unânime, todos eles se reportaram ao controle de classe. Desse modo responderam que

“É fazer com que os alunos respeitem o professor” (P01).

“É gerenciar bem a sala de aula para que o aprendizado seja alcançado, além de ter sólidos conhecimentos e habilidades para ensinar” (P02).

“É controlar as indisciplinas dos alunos e ter a atenção dos mesmos” (P03).

“É ter domínio do conteúdo e gerenciar bem a turma” (P04).

“É ser mediadora entre o aluno e o saber. Tornando as aulas diversificadas, interessantes e participativas, pois assim, não há necessidade de controle da classe” (P05).

“Quando o professor consegue fazer com que sua classe entenda, respeite e observe suas informações, além de fazer o que é pedido” (P06).

“É fazer com que os alunos entendam que o professor merece respeito. É deixar claro que todas as decisões são tomadas pelo professor” (P07).

Reflitamos um pouco sobre os questionamentos anteriores, relacionando-os com as respostas dadas pelos professores em entrevista com o intuito de tentar esclarecer o que vem a ser controle de classe. Nesse sentido, atentemo-nos à pergunta: Controlar o quê?

Fica evidente na fala dos professores que esse controle de classe se refere à questão de disciplina, aqui entendida como obediência e respeito ao professor. De modo, que os professores se mostram insatisfeitos com o comportamento dos seus alunos, relatando que a indisciplina predomina em sala de aula. Vale ressaltar, no entanto, que a disciplina é um hábito interno que facilita a cada pessoa o cumprimento de suas obrigações, é um autodomínio, é a capacidade de utilizar a liberdade pessoal em comunhão com a liberdade social.

Desse modo, sendo a disciplina uma qualidade que se determina por ações habituais, e, sabendo que na maioria das vezes o aluno chega à escola sem esse hábito, é o professor quem deverá buscar os meios favoráveis para que essa característica se torne habitual em seus alunos. Vale ressaltar que, esse fator também é observado pelos alunos através da postura do professor, pois, se o professor possui um perfil profissional

organizado e disciplinado, logo, os alunos se espelharão nele. O que, porém, não é fator único e determinante para o alcance dessa qualidade inerente aos indivíduos.

No contexto escolar, o que se observa é que, na busca de soluções para tentar sanar os conflitos de indisciplina existentes, professores recorrem às regras de controle julgando-as necessárias e importantes não apenas para a vida escolar de seus alunos, mas, para a vida pessoal e social dos mesmos. No entanto, essas medidas precisam ser bem analisadas e aplicadas, caso contrário, irão apenas resolver paliativamente os problemas ou assumir o perfil de punições exacerbadas.

Autores especializados em questões disciplinares apontam a necessidade de que a escola ajude a formar pessoas capazes de resolver conflitos coletivamente, pautadas no respeito mútuo, acreditando que o caminho para se chegar à resolução das questões conflituosas, passe, não necessariamente como conteúdo didático, mas principalmente no convívio diário dentro da instituição escolar. Dessa maneira, os alunos precisam sim aderir às regras de disciplina, como afirma Parrat

Estas somente podem vir de seus educadores, pais ou professores. Os limites implicados por estas regras não devem ser apenas interpretados no seu sentido negativo: o que não pode ser feito ou ultrapassado. Devem também ser entendidos no seu sentido positivo: o limite situa, dá consciência de posição ocupada dentro de algum espaço social – a família, a escola, a sociedade como um todo (PARRAT, s/d, p.1).⁵

Nesse sentido, as regras têm seu valor para que a sociedade (e isto inclui a escola) seja realmente um lugar bom para viver e conviver. Nessa vertente, Durkheim (1999) afirma que a determinação das atitudes é extremamente importante. Com tal característica, a delimitação da conduta humana através das regras, possibilita uma convivência mais equilibrada, de modo que cada um respeite seus limites para o bem social, e assim, contribua para aquilo que o autor chama de solidariedade orgânica. Visto que, nesse tipo de solidariedade o bem estar coletivo é evidenciado, já compreendendo, portanto, o bem estar individual.

A exorbitância das regras, porém, é contestada pelo autor, quando afirma ser preciso ter bem definido os objetivos que desejam ser alcançados. Desse modo, é essencial definir e executar os meios necessários para o alcance destes e repeti-los

⁵ Disponível em: <<http://www.wikipedia.org/wiki/Disciplina>>. Acesso em: 03 junho 2014.

sempre no mesmo sentido, a fim de que se tornem ações habituais. Assim sendo, as regras devem ser objetivas, adequadas e aplicadas, pois, as normas instituídas e transmitidas precisam de explicações e justificativas, ou seja, de legitimação, para que se possa entender de fato o motivo da normatização.

Agora, podemos refletir sobre a questão: Controlar a quem? Presume-se que seja o aluno, uma vez que esse é visto como “um ser imaturo” que precisa do auxílio de alguém experiente para orientá-lo. Como Kant (2006) afirma, a disciplina faz parte do processo educativo, sendo responsável por retirar o homem da animalidade e conduzi-lo à humanidade.

Mas, será mesmo que esse controle deva ser praticado somente pelos alunos, ou também pelos professores? A quem estariam relacionados os problemas disciplinares? Há nesse sentido, um conflito, pois, por um lado os professores reclamam sobre a “falta de educação” dos seus alunos e por outro lado, os alunos reclamam da atuação antiprofissional dos seus professores.

É evidente que há professores que não têm nenhuma consciência e controle da sua ação social e política, que não têm domínio de conteúdo, que não diversificam suas aulas para que haja um interesse maior dos seus alunos, que exageram nas regras e cobranças. Como há também alunos que não têm noção alguma de disciplina, que desejam ser respeitados, mas que não se dão ao respeito. Sem discernimento dos limites tidos como indispensáveis para uma boa convivência.

Assim, fica evidenciado que ambos, professores e alunos precisam se autocontrolar em sala de aula. Pois, se atentarmos para a resposta dada pelo professor entrevistado P07, perceberemos que ainda há uma confusão no que se refere a controlar a classe, afinal, esse professor deixa transparecer seu poder dominador, dando a entender que ele é quem manda, é quem decide tudo, é quem merece respeito. Mas, ele esquece que o aluno, assim como ele, também precisa participar das decisões e necessita da mesma maneira, ser respeitado.

Sabemos que não é por esse viés que o aprendizado ocorrerá, pois ambos têm seus direitos como cidadãos, mas também, suas responsabilidades sociais. Afinal, não se educa apenas com palavras, mas com atitudes, sendo essas, bem analisadas pelos alunos. O professor desempenha um papel importante na educação, não apenas como figura central, mas também como coordenador do processo educativo, visto que, usando

de sua autoridade profissional, cria em conjunto com os alunos, espaços pedagógicos interessantes, estimulantes e desafiadores, para que neles ocorra a construção de um conhecimento escolar significativo.

É necessário, antes de tudo, que o professor mesmo em meio a tantos conflitos em sala de aula, não esqueçam o compromisso profissional e social que assumiu. Pois, como afirma Paviani (1991, p. 108) “[...] sua ação como educador expressa uma escolha que influencia o comportamento do estudante”. Em concordância, Santos (s/d, p. 9) também comunga desse posicionamento ao afirmar que “[...] é impossível ensinar liberdade, cerceando ideias, oprimindo participações e ditando verdades. Apercebermos dessas atitudes é essencial para que iniciemos um real processo de transformação da nossa prática”.

Agora, retomemos a questão: Controlar para quê? Num contexto de sala de aula, no qual o professor utiliza muito o termo (controlar) torna-se necessário saber ao menos o que se objetiva alcançar, ou seja, qual a finalidade desse controle no contexto educacional. No mínimo, a escola deve atender as necessidades sociais vigentes, definindo fins que possam ser atingidos e que possam atender as reais necessidades da sociedade. Segundo afirma Libâneo

A prática educacional se orienta, necessariamente, para alcançar determinados objetivos, por meio de uma ação intencional ou sistemática. Os objetivos educacionais expressam, portanto, propósitos definidos explícitos quanto ao desenvolvimento das qualidades humanas que todos os indivíduos precisam adquirir para se capacitarem para as lutas sociais de transformação da sociedade [...] em resumo, podemos dizer que não há prática educativa sem objetivos (LIBÂNEO, 1994, p. 120).

Nessa linha de raciocínio, Quintilio (s/d, p.2) afirma que

“[...] a escolarização consiste em atividades que possuem como finalidade ajudar os alunos a assimilarem alguns saberes culturais considerados essenciais para seu desenvolvimento e socialização e são executadas de acordo com um plano de ação determinado, isto é, estão a serviço de um projeto educacional”.

Pois, a educação é um fenômeno social e socializador, que, segundo Paviane (1991, p. 29) essa se “[...] afirma como sendo uma maneira de compreender, interpretar e transformar o mundo”.

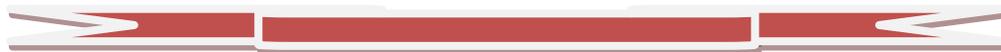
A escola é, portanto, uma instituição social encarregada de dar sentido ao desenvolvimento humano, tendo em vista que toda situação escolar pressupõe uma intencionalidade. Nessa ótica, os objetivos e conteúdos educativos devem ser parte do processo de socialização, no qual o aluno em formação possa recriar e reelaborar, de maneira reflexiva e crítica, a experiência culturalmente organizada. Como bem afirma Quintilio

O processo de aprendizagem é dirigido, mas aberto, ou seja, não existe resultado ao qual se deve chegar e, sim, possíveis itinerários a seguir, sendo, portanto, a educação um processo de investigação e, o objetivo, uma hipótese de trabalho. Nesta perspectiva, a obsessão por avaliação não deveria existir, pois considera o conhecimento prévio do aluno e valoriza as diferenças e medidas de apoio o que viabiliza, a todos os alunos, o acesso às próximas metas (QUINTILIO, s/d, p. 18).

Por trás desta definição está a ideia de que o desenvolvimento humano ocorre num contexto social determinado e as pessoas se integram graças à relação que mantém com o ambiente organizado. O crescimento pessoal, nessa vertente, se dá quando as pessoas tornam seus os saberes e formas culturais, mas, através de uma restauração ou reelaboração do conhecimento histórico e culturalmente construído.

Nessa ótica, o principal no processo pedagógico deve ser: a criança com o desenvolvimento de suas potencialidades e o professor como pessoa preparada para ajudar o progresso do aluno. Embora seja difícil e complexo lidar com o problema da indisciplina, o professor não pode desistir e nem se acomodar, de modo a impedir desenvolvimento participativo do aluno em sala de aula, pois, ele foi capacitado para tal função. Assim sendo, ele não deve permitir que a educação silencie e limite os seus alunos.

CAPÍTULO 4 - RELAÇÃO DIALÓGICA ENTRE PROFESSOR-ALUNO



De acordo com a temática em questão, os professores entrevistados enriqueceram essa pesquisa ao responderem o seguinte questionamento: Você estabelece algum diálogo com seus alunos? Em quais momentos ocorre? A partir daí, segue abaixo as respostas dadas pelos professores.

Quadro 2: Existe diálogo com os alunos? Em quais momentos?

DIÁLOGO COM OS ALUNOS	MOMENTOS QUE OCORRE
“Estabeleço sempre o diálogo com os alunos, pois, acredito que o diálogo é importante para estabelecer uma relação de confiança e proximidade entre professor e aluno”.	“Nos momentos de explanação do conteúdo e de indisciplina dos alunos” (P01).
“O diálogo é importante em todos os momentos das aulas, porque cria laços afetivos e de confiabilidade com os alunos, além de ser indispensável, pois, proporciona um diagnóstico constante da realidade da turma, além de dar conhecimento do que e de como ensinar”.	“O diálogo é estabelecido em todos os momentos das aulas” (P02).
“Utilizo sempre o diálogo em sala de aula”.	“Em todos os momentos das aulas o diálogo é estabelecido, exceto em períodos de explicação do assunto” (P03).
“O diálogo é utilizado em sala de aula”.	“Em todos os momentos das aulas” (P04).
“Sempre estabeleço o diálogo em sala de aula”.	“O diálogo ocorre na acolhida dos alunos ou quando é necessário algum esclarecimento perante uma nova situação ou conflito” (P05).
“O diálogo ocorre no início das aulas”.	“Apenas no início das aulas” (P06).
“O diálogo é estabelecido quando se faz necessário que os alunos compreendam alguma informação dada pelo professor”.	“Quando os alunos estão bem agitados em sala de aula ou quando querem algo que a professora não pode oferecer” (P07).

Fonte: Questionário aplicado pela autora. Junho/2014.

Diante do exposto é pertinente analisarmos com mais atenção o posicionamento tomado pelos professores P06 e P07 em entrevista, o qual nos denota o quão limitado é o entendimento deles a respeito da ação dialógica em sala de aula, uma vez que nos dão

a entender que há o momento específico para que o diálogo aconteça, ocorrendo apenas quando lhes convém.

Desse modo, torna-se indispensável lembrar que não há a mínima condição do professor estar com seus alunos por horas a fio, sem lhes dar o mínimo direito de se posicionarem dialogicamente durante as aulas. Pois, se há encontro, há de existir também diálogo. Afinal, se alguém está em determinado local e se depara com um sujeito que lhe é estranho, e ainda assim, essas pessoas são capazes de estabelecerem algum tipo diálogo. Quanto mais em sala de aula, lugar no qual o mesmo grupo se encontra e mantém uma dinâmica de relação durante todo o período letivo.

Desse modo, como pode um professor que está envolvido pedagogicamente com sua turma defender a ideia de que, em sala de aula, para que as atividades ocorram tranquila e eficazmente tem que haver silêncio absoluto, que só deverá ser “quebrado” ao seu comando? O professor, em hipótese alguma deve esquecer essa realidade vital: dialogar é um ato condicionante de sobrevivência e de bem estar dos indivíduos.

A ideia estabelecida por Freire faz uma articulação pertinente ao que foi exposto anteriormente, ao afirmar que

O diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes. (FREIRE 1983, p.79).

Também chama a atenção, a fala do professor P03, quando afirma que o diálogo é estabelecido em todos os momentos da aula, exceto nos períodos de explicação do assunto. Parece-nos que no momento de explanação do conteúdo, o saber absoluto é do professor e por isso o aluno não pode envolver-se. Isso nos faz refletir sobre a participação do aluno também nesses momentos, entendendo que é a articulação do saber do professor juntamente com o saber do aluno (e isso inclui suas dúvidas e questionamentos a respeito do assunto), que proporcionará momentos de aprendizagem em sala de aula.

É notória a falta diálogo entre professores e alunos. Pode-se considerar nessa vertente que o diálogo é condição imprescindível em qualquer tipo de relacionamento. Na situação em questão, ou seja, de ensino-aprendizagem, é indispensável que o

professor se volte ao aluno, de forma a enxergá-lo como um sujeito que chega à escola com muitos saberes, mas de acordo com o seu contexto de vida.

Compreender esse mundo individualizado do aluno dará ao professor subsídios para seu trabalho em sala de aula, uma vez que esse mundo irá influenciar sobremaneira o modo como os alunos construirão os conteúdos escolares. É o que podemos analisar a partir da afirmação de Belotti e Faria ao dizer que

O diálogo professor-aluno torna-se fundamental na mediação dos conhecimentos, pois essa proposta não se baseia em comandos e em repetições mecânicas. O professor deve envolver-se na mediação dos conhecimentos, não se limitando a uma simples troca de ideias, pois as relações sociais incidem sobre o processo de ensino-aprendizagem (BELOTTI; FARIA, s/d, p. 7).

Já as respostas dadas pelos professores P01 e P02 deixam transparecer o entendimento um pouco mais aprofundado que eles têm a respeito do processo dialógico em sala de aula, bem como a sua relevância no processo de ensino-aprendizagem, ao relatarem que o diálogo é importante para estreitar laços afetivos e de confiabilidade, além, de possibilitar um diagnóstico constante da turma. O que facilitará a ação pedagógica do professor e seu objetivo de ensino que é segundo a Lei de Diretrizes e Base da Educação, a formação integral do aluno como ser social.

No entanto, dialogar não é apenas o encontro de duas ou mais pessoas que conversam sem que haja, contudo, um maior engajamento e um objetivo comum entre os que dialogam, nem se caracteriza como um momento onde as pessoas envolvidas apenas fazem comunicados ao invés de se comunicarem. Antes disso, “[...] o diálogo é o encontro no qual a reflexão e a ação, inseparáveis daqueles que dialogam, orientam-se para o mundo que é preciso transformar e humanizar, este diálogo não pode reduzir-se a depositar ideias em outro” (FREIRE, 1980, p. 83).

Torna-se necessário, portanto, explicitar o que vem a ser a ação dialógica, por essa razão, toma-se como base a redefinição de Neves ao afirmar que

ação dialógica é um elemento constitutivo da linguagem e da consciência ideológica. Sua ênfase está na importância da linguagem como fenômeno sócioideológico e apreendida dialogicamente no curso da história. “[...] Nesse sentido compreender a ação dialógica como uma instância produtora de linguagem e, portanto, formadora de

subjetividade, requer considerar o ser humano como um todo inacabado que se constitui de suas relações sociais. Decorre, então, a importância do “outro” na formação subjetiva do ser humano” (NEVES, 2006, p. 4).

Esse entendimento é indispensável para que o professor possa ter êxito no seu trabalho. Afinal, sabemos a importância do outro no processo de ensino-aprendizagem e também da consequência pessoal e social dessa relação, por isso, é urgente uma reflexão mais apurada dessa dinâmica no contexto escolar, bem como uma mudança atitudinal do professor nesse cenário.

Desse modo, no âmbito da sala de aula, que é o que interessa no presente estudo, os alunos devem ser convidados a falar, a se colocar, rompendo o silêncio que trazem consigo, devem ser chamados a discutir questões de sala de aula e da sua vida. Falar, conversar, trocar experiências, ideias, alegrias, derrotas, mobilizarem-se e organizar-se para as tarefas compartilhadas. Como mais uma vez Neves afirma plausivelmente que

Esse falar, leva ao domínio da fala, a descoberta do poder falar e esse poder falar parece significar poder. Poder de expor-se, confrontar-se e confrontar, transformar e ser transformado. Influenciar e ser influenciado. Tomar decisões e exercer decisões. De silenciado e em silenciamento, parece viver um processo de provável dessilenciamento em que a verbalização e os gestos que a acompanham indicariam uma ruptura de uma silenciosa opressão. Seria a constituição de um ser de poder, por que se descobre com o poder de falar, dizer, se expressar. A palavra, o falar, o dizer não só estariam indicando a constituição de um sujeito dessilenciante, mas também estaria indicando a descoberta do falar (NEVES, 2006, p. 5).

E como Freire comunga dessa ideia ao apontar sabiamente sobre a função do diálogo afirmando que

O diálogo é o encontro entre os homens, mediatizados pelo mundo, para designá-lo. Se ao dizer suas palavras, ao chamar ao mundo, os homens os transformam, o diálogo impõem-se como o caminho pela qual os homens encontram seu significado enquanto homens; o diálogo é, pois, uma necessidade existencial [...] Não é também uma discussão hostil, polêmica entre os homens que não estão comprometidos nem ao chamar ao mundo pelo seu nome, nem na procura da verdade, mas na imposição de sua própria verdade. (FREIRE, 1996, p. 92).

Portanto, para que em sala de aula se estabeleça diálogo entre professor- aluno é necessário perceber que não existem verdades absolutas e que é necessária uma atitude voltada para a busca do novo, para a escuta do ponto de vista do outro, redirecionando posições. Uma vez que, silenciar a palavra do outro é afastá-lo de suas próprias ideias e concepções, podendo provocar-lhe um entendimento equivocado a respeito de si mesmo, dada as condições de subordinação a que foi exposto.

Portanto, fica evidenciado que é necessário que o professor se atente ao tripé que consiste a ação dialógica que é: “dar voz” ao aluno, ouvir com atenção o que ele fala e agir pedagogicamente diante do que foi exposto. É o binômio, atenção e ação numa articulação harmoniosa.

Em relação a essa escuta respeitosa, Freire afirma que

Escutar é obviamente algo que vai mais além da possibilidade auditiva de cada um. Escutar, no sentido aqui discutido, significa disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura à fala do outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro. [...] A verdadeira escuta não diminui em mim, em nada, a capacidade de exercer o direito de discordar, de me opor, de me posicionar. Pelo contrário, é escutando bem que me preparo para melhor colocar, ou melhor, me situar do ponto de vista das ideias (FREIRE, 1996, p. 119).

Desse modo, a escuta possibilitará trocas de experiências e estreitará os laços afetivos entre os sujeitos em questão, harmonizando o relacionamento entre eles. Como bem afirma Neves

O exercício de pensar e discutir o ensino e a ação dialógica para desenvolver a prática pedagógica é desenvolver a educação, dentro e fora da sala de aula, ao desafio do diálogo e criar métodos e meios para que ela se realize como uma relação, dentro de ritos proveitosos em que a troca seja a norma. Podemos dizer, nesse sentido, que a realidade da existência humana é a experiência da relação. Acredita-se que essa relação pode ser descortinada em todos os momentos do fazer pedagógico e do pensar a prática docente (NEVES, 2000, p. 12).

O verdadeiro diálogo respeita a individualidade, o espaço e o tempo do outro e acolhe opiniões contrárias. Assim, falar não parte apenas de uma necessidade egoísta de expor pontos de vista, desejos e ideias de forma descontextualizada, mas parte da capacidade de vivenciar a troca de experiências diferenciadas.

Entende-se, a partir da fala anterior, que para o sujeito se integre é preciso que esteja num contexto de palavras e, para que se construa a subjetividade, é imprescindível entrar no “campo das emoções”, pois, esta relação entre escutar e falar lhe possibilitará a vivência do diálogo. Mesmo que essa ação esteja, muitas vezes, marcadas por impasses, disparidades e discordâncias de sua efetivação.

Nessa ótica de reflexão a cerca da eficácia que há na articulação entre razão e emoção para o desenvolvimento intelectual, Marques concorda significativamente ao afirmar que

algumas vezes há a tendência de eliminar a manifestação de sentimentos das situações de ensino-aprendizagem com o argumento de que os objetivos são estritamente intelectuais, não havendo portanto lugar para a manifestação afetiva. Na verdade essa é uma supersimplificação que não beneficia nem mesmo a área intelectual, pois o sujeito que aprende é ao mesmo tempo um ser que pensa e que sente- e acrescentaríamos, e que age- estando ele comprometido em sua totalidade em cada momento e instância de sua ação. (MARQUES, 1977, p. 108).

No contexto da sala de aula, de acordo com Freire, existem duas formas de se comportar enquanto professor, a bancária e a libertadora. A primeira seria a forma bancária de ensinar, onde o aluno seria apenas um receptor das informações que seriam, posteriormente, arquivadas. Segundo Freire, “em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos recebem pacientemente, memorizam e repetem”. Ele ainda acrescenta que

na visão “bancária” da educação, o “saber é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber”. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão – a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual, esta se encontra sempre no outro (FREIRE, 1996, p.119).

A educação bancária tende a comedir os educandos, tornando-os alienados ao que é passado, além de desmotivá-los em sua aprendizagem, já que os mesmos já tidos apenas como meros receptores do conhecimento de um professor que se julga o detentor absoluto do saber, causando aí a opressão nos alunos que tende a deixá-los cada vez mais fechados e reprimidos.

Ao se perceberem oprimidos, por sua vez, lutam por sua libertação, hostilizam contra quem os fez menos, contra quem os fez sentirem-se desvalorizados. Nessa luta,

eles esperam tornarem-se novos homens, mas geralmente, acabam se tornando novos opressores, muitas vezes piores do que aqueles dos quais foram vítimas. Freire (1983, p.17) faz tal afirmação ao dizer que “[...] quase sempre, num primeiro momento deste descobrimento, os oprimidos, em lugar de buscar a libertação, na luta por ela, tendem a serem opressores também, ou subopressores”. E acrescenta que

O “homem novo”, em tal caso, para os oprimidos, não é o homem a nascer da superação da contradição, com a transformação da velha situação concreta opressora, que cede seu lugar a uma nova, de libertação. Para eles, o novo homem são eles mesmos, tornando-se opressores de outros. (FREIRE, 1983, p.18).

Esse conceito de opressão está intimamente ligado à ideia da educação bancária, que segundo o próprio Freire, acontece quando o educador sente-se detentor de todo o conhecimento, não permitindo que aconteça o diálogo com seus alunos, que são tidos como meros receptores do conhecimento, o qual deve ser armazenado. Dessa maneira, o indivíduo vítima da educação bancária não conseguiria de maneira alguma ter qualquer relação de afetividade com seu educador.

Por outro lado, o que seria adequado tendo em vista um educador que busca a aproximação com seus alunos, bem como o estabelecimento de um diálogo saudável em sala de aula, seria a educação em sua forma libertadora. Dessa maneira, os educandos não se caracterizariam apenas como o “depósito” do conhecimento, já que a apreensão desse conhecimento acontece através da troca entre ambas as partes, ou seja, professor-aluno. Sendo assim, a meu ver, o conhecimento flui de maneira saudável, sendo evidenciado e valorizado pelo diálogo.

Com base nas considerações de Freire, acredito que, para que um professor possa motivar um aluno, é importante que a relação seja no perfil “libertadora” e não “bancária”. Focando o ensino em uma relação dialógica que aconteça de forma saudável e tendo o amor como fundamento, não existindo dominação por nenhuma das partes, pois segundo Freire

Sendo fundamento do diálogo, o amor é, também, diálogo. Daí que seja essencialmente tarefa dos sujeitos e que não possa verificar-se na relação de dominação. Nesta, o que há é patologia de amor: sadismo em quem domina; masoquismo nos dominados. Amor, não, porque é um ato de coragem, nunca de medo, o amor é compromisso com os homens. Onde quer que estejam eles, oprimidos, o ato de amor está

em comprometer-se com sua causa. A causa de sua libertação. Mas, este compromisso, porque é amoroso, é dialógico. (FREIRE, 1983, p.45).

Em qualquer relação, os sujeitos envolvidos exigem o mínimo de atenção da outra parte envolvida. Essa atenção consiste numa escuta sensível que resultará em respeito e estreitamento de laços afetivos. Assim também deve ser na relação professor-aluno. Acreditando que desse modo, muita coisa mudará, no contexto educacional. Mudará no sentido positivo.

Por isso, a relação dialógica tem tanta relevância no espaço escola e é uma das variantes indispensáveis nesse cenário, tendo em vista o bem estar do professor, tal como, o bem estar do aluno. A atenção necessária a esse fator resultará numa boa formação pessoal e social do aluno e num clima mais harmonioso em sala de aula, que consequentemente, resultará num melhoramento do trabalho docente, satisfação e sentimento de “dever cumprido” por parte do professor.

Sabemos que exercer a profissão de professor não é uma tarefa fácil, pois, se exige desse profissional uma releitura e um aperfeiçoamento constante da sua prática. Não há um manual ou um protótipo de como ensinar. Há na verdade estudos e pesquisas que orientam sua ação, mas, só o trabalho e a experiência proveniente da sua prática, é que definirá o seu perfil docente. É o que podemos constatar na fala de Belotti e Faria ao afirmarem que

Um educador que deseje ser professor, não o será apenas porque ocupa essa função em uma sala de aula. Ensinar exige um saber metodológico, através do qual os conteúdos serão tratados de forma a permitir o aprendizado destes pelos alunos; exige estar atento às questões políticas e sociais que envolvem o seu fazer, sua profissão; exige conhecer o seu objeto de estudo: a educação e como ocorre o processo de aprendizagem do seu aluno; exige conhecer os problemas que permeiam a sua prática; exige dedicação, comprometimento, conhecimento e, acima de tudo, respeito e trabalho, muito trabalho (BELOTTI, FARIA, s/d, p. 7).

Conclui-se, portanto, que, outrora para ser um bom educador, bastava saber transmitir conhecimentos e exercer autoridade em sala de aula. Hoje, o perfil desse educador mudou. Com relação ao conhecimento, ele não deve transmiti-lo, apenas, mas, discutir e aprender junto com o aluno. Porque, se até pouco tempo o professor estava em um plano acima do aluno, hoje, no entanto, não se tolera mais que seja assim. O aluno

agora é que deve ser o foco das ações pedagógicas, devendo, portanto, respeitar os limites necessários para uma convivência harmoniosa com seus colegas de classe e com o professor.

Além dessas exigências da profissão, o professor tem que estar muito bem informado. Desse modo, deve estimular amplamente a busca de novos conhecimentos, atualizando e se aperfeiçoando de acordo com as mudanças tecnológicas, sociais, culturais, econômicas e políticas.

É preciso construir uma relação com os alunos e entre eles de forma a criar um ambiente onde todos sejam respeitados em suas diferenças: ouvindo as ideias de cada um com atenção e fazendo com que todos participem das atividades propostas. No entanto, vemos que, apesar dos esforços, o objetivo principal, que é dar possibilidade ao educando de construir seu conhecimento, fica muitas vezes prejudicado pela falta da capacidade do professor em ouvir o aluno e, assim, descobrir as suas dificuldades.

Nesse sentido há comunhão na fala de três autores, são eles Müller, Libâneo e Freire. Sequencialmente afirmam que

O professor deve sempre estar atento aos alunos, às vezes a própria expressão dos alunos indica que é necessário fazer alguma pergunta, não apenas com o intuito de verificar se o exposto foi compreendido, mas também de dar informações aos alunos, para que corrijam seus erros, e ver se entenderam o conteúdo, se há ainda pontos obscuros, se é necessário passar mais exercícios ou dar mais exemplos antes de ir para um novo tema. Quando o professor pergunta, ele não está simplesmente querendo obter respostas que já conhece, pois incentivar o pensamento filosófico é querer que o educando reflita de maneira nova, considere métodos alternativos de pensar e agir (MÜLLER, 2002, p. 278).

Sendo assim, é apropriado resgatar um exemplo que é dado por Libâneo

O professor não apenas transmite uma informação ou faz perguntas, mas também ouve os alunos. Deve dar-lhes atenção e cuidar para que aprendam a expressar-se, a expor opiniões e dar respostas. O trabalho docente nunca é unidirecional. As respostas e opiniões mostram como eles estão reagindo à atuação do professor, às dificuldades que encontram na assimilação dos conhecimentos. Servem, também, para diagnosticar as causas que dão origem a essas dificuldades. (LIBANEO, 1994, p. 250).

Podemos também reforçar a importância do diálogo usando Freire ao destacar que o professor deve

Estimular a pergunta, a reflexão crítica sobre a própria pergunta, o que se pretende com essa ou aquela pergunta [...] o fundamental é que professor e alunos saibam que a postura deles é dialógica, aberta, curiosa, indagadora e não apassivada, enquanto falam ou enquanto ouvem (FREIRE, 1996, p.95).

Mesmo com o tempo limitado por conta das inúmeras exigências escolares, o professor precisa se atentar à aspectos qualitativos e não quantitativos. Afinal, infelizmente é essa postura que percebemos atualmente nos professores. Preocupando-se mais em “concluir” o livro no final do período letivo ou determinado programa de ensino, do que alcançar de fato os objetivos de ensino que se propuseram no início do ano. Nessa direção, a adequada distribuição do tempo é fator essencial à boa organização do ensino.

É necessário, portanto, que o professor entenda que a cada novo conteúdo, ele não deve se preocupar em “perder tempo” dialogando com seus alunos, pois, é essa dinâmica dialógica que dará subsídios ao professor para flexibilizar e adaptar constantemente o seu planejamento visando a apreensão do conhecimento por parte dos alunos. O falar e o ouvir de professor e aluno, resultará na aprendizagem efetiva para ambas as partes. Como concorda Müller, ao afirmar que

Embora estejam limitados por um programa, um conteúdo, um tempo determinado e normas da instituição de ensino, o professor e o aluno interagindo chegam à finalidade do ensino, que é a aprendizagem do educando. A tendência do professor, por causa de sua carga de conhecimento e experiência, é pensar que o aluno não sabe nada, o que acaba por complicar a relação professor-aluno, pois o ensino é ato comum do professor e do aluno; o professor, enquanto ensina, está continuando a aprender. (MÜLLER, 2002, p. 278).

Dessa forma, acredito não ser possível estabelecer uma relação dialógica onde apenas o professor fala e o aluno ouve para posteriormente, reproduzir exatamente aquilo que o professor explanou. Somente quando se estabelece uma relação de simpatia amorosa entre professor-aluno, acolhendo-se um ao outro na sua individualidade, é que

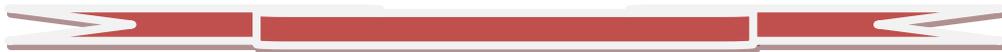
se pode dizer que existe de fato a comunicação, um diálogo entre eles, sem invasão e sem dominação. Nesse sentido, Freire afirma que

ser dialógico é não invadir, é não manipular, é não sloganizar. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade. [...] o diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o “pronunciam”, isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos (FREIRE, 1992, p. 43).

Na convivência harmoniosa, que é fundamentalmente dialógica, consolida-se entre professor-aluno uma relação de respeito à subjetividade de cada um sem, contudo, consentir a permissividade para o desregramento. Pois, de fato, o comprometimento com o outro faz com que o processo educativo seja conduzido com amorosidade e, ao mesmo tempo, com rigorosidade, engajamento, seriedade.

É urgente que o professor perceba no exercício da sua profissão, a relevância que há no estabelecimento do diálogo e de uma racionalidade comunicativa em sala de aula, lugar no qual, professor e aluno passam a maior parte do tempo, desenvolvendo as principais funções da escola: desenvolvimento do ensino e promoção da aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Escolher um tema de pesquisa vai além da “obrigação” de monografar visando apenas a obtenção da graduação. Significa na verdade, uma tentativa de sanar uma, das inúmeras inquietações que muitas vezes nos desassossega acerca da realidade que encontraremos na profissão escolhida.

Torna-se, nesse sentido, uma oportunidade de se aproximar de uma realidade para desvendá-la e analisá-la, com a intenção de estar no mundo, de compreendê-lo, construí-lo e reconstruí-lo de modo a auxiliar as pessoas que vivem a dimensão da realidade por mim estudada.

Escolhi, portanto, a temática: “Relação dialógica: sua relevância no processo ensino-aprendizagem”. Sendo que o desejo de discorrer sobre esse tema originou-se mediante experiências vivenciadas durante estágios obrigatórios, que me fizeram perceber que no contexto da sala de aula, a dificuldade de diálogo entre professores e alunos gerava desentendimento que resultava em desrespeito entre ambas as partes.

Debruçar-me sobre esse assunto, portanto, me proporcionou estudar a dialogicidade entre os sujeitos em questão e seus impactos na aprendizagem, a fim de aprofundar meus estudos a respeito da construção das relações que valorizam a humanização das pessoas no ambiente escolar.

Para alcançar os objetivos propostos nessa pesquisa, parti das contribuições teóricas que tratam sobre esse assunto e de registros de vivências dialógicas de alguns professores entrevistados. Mas, hesitei um pouco em realizar tal estudo por se tratar de um tema já muito discutido e por, infelizmente, ainda encontrar pessoas que não acreditam ou não dão a devida importância às teorias e às questões aqui assinaladas, julgando-as irrealizáveis.

Porém, prossegui na pesquisa pelo fato de ser testemunha ocular de que, trabalhar dialogicamente, respeitando os alunos de forma harmoniosa, é possível. Todavia, tornar tudo isso realizável, depende primeiramente, do querer do professor.

Esse trabalho abordou inicialmente a questão das relações humanas no contexto da sala de aula, fazendo-me concluir que mesmo tendo que ser o aluno o foco das ações

pedagógicas, há na verdade uma forte influência do professor em sala de aula. Essa conclusão entra em concordância com a colocação de Pelizzare ao afirmar que

O próprio educador, praticante da sua área de conhecimento, é uma ferramenta do saber do aluno. Se ele for apaixonado pela sua área de conhecimento e for capaz de encantar, o aluno poderá talvez perceber que existe algo pelo qual alguém de fato se interessou e que talvez possa valer a pena seguir o mesmo caminho. Mas se essa não for a realidade vivida pelo professor, se ele apenas transmitir aquilo que leu nos livros, por mais que ele fale de determinado assunto, todo corpo estará dizendo o contrário e o aluno provavelmente terá aquele conhecimento como algo para apenas ser cumprido, porque a mente humana é capaz de fazer leituras bastante profundas dos detalhes aparentemente insignificantes, mas que certamente têm um grande poder de semear profundos significados. (PELIZZARE et al, 2001-2002, p.41).

A positiva relação entre eles então é o ponto chave para o bom andamento das ações pedagógicas. Nesse sentido, a maneira como o professor agir e se relacionar com o seu aluno, determinará significativamente o nível de desenvolvimento cognitivo desse aluno.

O quão gratificante é encontrar um professor com um elevado nível de competência e eficiência nas funções que lhe são confiadas. Essa capacidade é de grande valor para o aluno, para o sistema educacional como um todo, para o próprio professor e para a sociedade.

Todavia, convém ressaltar, que é urgente percebermos que outra dimensão fundamental nesse processo é a qualidade das relações humanas que o professor estabelece com seus alunos. Desse modo ele deverá sempre partir desse pressuposto, oferecendo, portanto, propostas para a construção de ações dialógicas que visam à humanização das pessoas. Evidentemente, partindo positivamente do binômio: relação e diálogo, todos os demais fatores necessários para o alcance de uma aprendizagem significativa e transformadora se sucederão.

Espero que este trabalho contribua para a formação de professores, uma vez que me propus integrar diferentes abordagens teóricas, articulando-as com as posições tomadas por alguns profissionais que se habilitaram participar desse estudo. É pertinente lembrar que, o contexto da educação permite que os professores façam ajustes nas teorias, aplicando-as às suas realidades. Desse modo, se os professores se

utilizarem de forma reflexiva e consciente dos ganhos teóricos desse trabalho, muito terão a ganhar nas práticas educativas.

Para concluir e reafirmar o poder que há nas palavras, eu transcrevi abaixo, como forma de conclusão e reflexão, uma frase do diálogo que houve entre um professor e o pai de um menino com dislexia do filme “Como Estrelas na Terra, toda criança é especial”:

“Nas Ilhas Salomão, quando os nativos querem parte da floresta para a agricultura, eles não cortam as árvores. Eles simplesmente se juntam ao redor delas, gritam xingamentos e dizem coisas ruins. Em alguns dias a árvore seca e morre. Não precisam de machados. Ela morre sozinha”.

Esclarece-se, portanto, que há um elevado grau de relevância da relação comunicacional entre os indivíduos que se educam mutuamente.

REFERÊNCIAS

- ATAIDE, Belchior Maia de. **Comunicação Educativa**. Fundamentação filosófica da educação. São Paulo, Ed. Pioneira Manuais de Estudo, 1975. p. 29- 39.
- AUSUBEL, D. P. **Psicologia Educacional**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1968.
- BELOTTI, Salua Helena Abdalla. FARIA Moacir Alves de. **Relação professor/aluno**. Revista eletrônica: Saberes da Educação. Faculdade São Roque. s/d.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FILME: **Como Estrelas na Terra, toda criança é especial**. Direção: Aamir Khan, Amole Gupte. Produtor: Aamir Khan. Índia. 2007. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=b6J0CCuA11w>>. Acesso em junho de 2014.
- FREIRE, Madalena. **A Formação Permanente**. In: Freire, Paulo: Trabalho, Comentário, Reflexão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.
- FREIRE, Paulo. **Comunicação e Extensão**. Trad. de Rosisca Darcy de Oliveira. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. **Pedagogia da autonomia**. Saberes Necessários à prática educativa. 25.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____. **Pedagogia do Oprimido**. 13 ed. - Coleção O Mundo Hoje. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v.21, 1983.
- _____. **Conscientização: teoria e prática de libertação** – uma introdução ao Pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.
- GIL, Carlos Antônio. **Como Elaborar Projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GLOBALIZAÇÃO**. Acesso em 16 de junho de 2014, disponível em Wikipédia: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Globaliza%C3%A7%C3%A3o>.
- KANT, Immanuel. **Sobre a Pedagogia**. Tradução de Francisco Cock Fontanella. 5ªed. Piracicaba: UNIMEP, 2006.
- LIBÂNIO, José Carlos. **Relações professor-aluno na sala de aula**. Didática. 6ª edição. Ed. Cortez, 1994. Coleção magistério 2º grau. Série formação do professor.
- MARDONES, Simone Damm Zogaib. **Quando eu mando, você não obedece**. Revista de mestrado em educação. UFS, v. 8, p. 143-156, jan/jun. 2004.
- MARQUES, J. C. **Paradigma para análise do ensino**. Um estudo dos componentes fundamentais de programas em educação. Porto Alegre: Globo, 1977.
- MÜLLER, Luiza de Souza. **Interação professor-aluno no processo educativo**. Integração: Ensino-Pesquisa-Extensão, Ano VIII, n. 31, p. 276-280, Nov/2002.

NEVES, José Henrique Manhães. **A ação dialógica do docente contemporâneo na construção da identidade do sujeito**. Junho de 2006.

PARRAT, Silvia. (Julho de 2008). **Disciplina na escola**. Acesso em 03 de junho de 2014, disponível em Wikipédia: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Disciplina>.

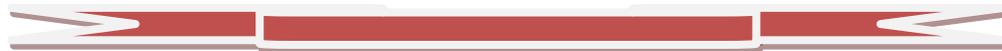
PAVIANE, Jaymes. **Problemas de filosofia da educação**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

PELIZZARE, Adriana et al. **Teoria da aprendizagem significativa segundo Ausubel**. Rev. PEC, Curitiba, v.2, n.1, p.37-42, jul. 2001-jul. 2002.

QUINTILIO, Natália Kohatsu. **Aprendizagem Significativa e o ensino de conceitos na Educação Física escolar: Um Estudo Com Os Jogos Olímpicos**. Escola de Educação Física e Esporte – USP. Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul. s/d.

SANTOS, J. C. F. D. S. **O papel do professor na promoção da aprendizagem significativa**. S/d. p. 1 – 9.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes. 1996.

ANEXO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

QUESTIONÁRIO

1-Você estabelece algum tipo de diálogo com seus alunos? Em quais momentos ocorrem?

2-Qual a diferença de autoridade e autoritarismo?

3-O que significa controle de classe?

4-O que você entende por autonomia dos alunos?

5-Como o professor favorece a aprendizagem dos alunos utilizando o diálogo como princípio pedagógico?